



## **A INTERVENÇÃO DO ESTADO NO BRASIL SEGUNDO A CONCEPÇÃO DE DEMANDA EFETIVA DE KEYNES, 1929-1935**

**GT - Teoria Econômica e Economia Aplicada**

Débora Pereira Cidade<sup>1</sup>  
Pedro Lopes Marinho<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo objetiva verificar se as medidas adotadas pelo governo brasileiro, no período da Grande Depressão (1929 -1935), possuem características teóricas do princípio da demanda efetiva, de Keynes. Para tanto, inicialmente apresenta-se um panorama da situação econômica do Brasil e depois analisar as políticas fiscal, monetária e cambial, como principais instrumentos adotados pelo governo para evitar as recessões econômicas. Medidas como gastos públicos, ação de expansão creditícia, investimentos, ação monetária expansiva, decreto de moratórias e desvalorização da taxa de câmbio foram instrumentos utilizados pelo governo brasileiro com o objetivo de equilibrar a demanda efetiva e manter o nível da renda. Tais ações demonstram correlação existente com princípio da demanda efetiva de Keynes, teoricamente apresentadas somente a partir 1936, na Teoria geral do emprego, do juro e da moeda

**Palavras-chave:** Políticas Econômicas. Intervenção do Estado. Depressão Econômica.

### **1 INTRODUÇÃO**

No período anterior à Primeira Guerra Mundial, a Europa, detinha o poder econômico e político internacional, e era o maior exportador de produtos industrializados e consumidor de matérias-primas. Porém, após a Primeira Guerra, os países europeus mergulharam em um enorme caos político, social e econômico, gerando desemprego e inflação. Esta situação oportuniza o surgimento de uma nova potência, os Estados Unidos.

Na década de 1920 os Estados Unidos vivenciaram uma prosperidade econômica espetacular. A indústria norte-americana era responsável por quase 50% de toda a produção industrial do mundo. A agricultura também aumentara sua produtividade, impulsionada pela mecanização e pela eletrificação rural e o progresso tecnológico do país que favoreceu um crescimento fabuloso da produção econômica. Por volta de 1925, os países europeus lutavam

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Econômicas pela UESC. Email: [deboracidade11@gmail.com](mailto:deboracidade11@gmail.com).

<sup>2</sup> Economista, doutor em Desenvolvimento Econômico pela UFPR, Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da UESC. Email: [pedrolopesba@hotmail.com](mailto:pedrolopesba@hotmail.com).



com dificuldades para reconstruir a Europa do pós-guerra, enquanto, os Estados Unidos apresentavam notável crescimento econômico, vendendo aos europeus tudo o que eles precisavam: alimentos, máquinas, combustíveis, armas etc.

Após recuperarem-se dos prejuízos de guerra, os países europeus passaram a comprar cada vez menos dos EUA, tornaram-se concorrentes dos Estados Unidos nos mercados internacionais. Com a falta de consumidores internos e externos, começaram a sobrar grandes quantidades de produtos no mercado norte-americano, configurando-se, assim, uma crise de superprodução. Dessa forma, os industriais, foram forçados a diminuir o ritmo da produção e, conseqüentemente, a despedir milhares de trabalhadores, propiciando uma enorme recessão econômica.

Se os empresários não investiam produtivamente os especuladores continuavam especulando com as ações. No dia 29 de outubro de 1929, a Bolsa de Valores de Nova Iorque foi atingida pela crise, porque não havia demanda suficiente para a oferta de ações. Assim, os preços das ações despencaram ocorrendo uma quebra na Bolsa de Valores, piorando drasticamente os efeitos da recessão já existente e aumentando a deflação.

O caos é estalado. As ações das empresas norte americanas perderam quase todo seu valor financeiro; queda nas taxas de venda de produtos, que por sua vez obrigaram o fechamento de inúmeras empresas comerciais e industriais, elevando assim drasticamente as taxas de desemprego; quedas do Produto Interno Bruto (PIB) e na produção industrial. A crise econômica levou milhares de bancos, indústrias e empresas rurais à falência e milhões de norte-americanos perderam o emprego. A crise propagou-se rapidamente e seus feitos foram sentidos em todo o mundo capitalista atingindo, inclusive, o Brasil que perdeu seu grande mercado comprador – os Estados Unidos.

Diante dessa situação, o Brasil que tinha sua economia predominantemente agrário-exportadora, baseada principalmente, no setor cafeeiro e com uma participação nas exportações de forma bastante significativa, a retração do mercado internacional causou um impacto fortemente negativo sobre as exportações brasileiras.

A agricultura, a indústria e as finanças do Brasil sofreram duros golpes, sendo que a primeira foi a mais atingida, verificou-se um declínio relativo na atividade agrícola, de 1920 a 1928, o produto real agrícola do país havia crescido em 44%, tendo caído para 28% entre 1928 e 1937. O período de 1930 marcou a alteração do pólo dinâmico da economia do setor exportador ao setor de produção para o mercado interno (SILVA, 1992).

A crise no setor agrícola fez com que os países atingidos procurassem fórmulas para reavivar a economia. Desde 1929, os setores produtivos agrícolas passaram a pressionar o



governo federal e os governos estaduais brasileiro, buscando ressuscitar as políticas de valorização do passado. No entanto, as autoridades, nesse momento, encontravam-se em dificuldade para obter empréstimos estrangeiros e praticamente não havia reservas no Tesouro.

Essa situação financeira impossibilitava uma solução imediata. Mas como era grande a extensão do impasse, o então Presidente Getúlio Vargas, conduzido ao poder pela Revolução de 1930, foi impelido a tomar medidas paliativas, que desembocaram, com o passar do tempo, numa intervenção mais efetiva na economia e a partir de 1931, o governo federal teve que intervir na economia de exportação como um todo.

Este trabalho tem como principal objetivo verificar se as ações adotadas pelo Estado brasileiro, na crise de 1929, são compatíveis com o princípio da demanda efetiva de John Maynard Keynes.

Além desta introdução, o texto tem a seguinte estrutura. No primeiro momento, apresenta o princípio da demanda efetiva. No segundo momento, descreve o cenário econômico brasileiro anterior à crise de 1929. No terceiro momento identifica as políticas fiscais, monetárias e cambiais adotadas pelo governo brasileiro para conter a crise. Por fim, se tece as considerações finais.

## **2 O PRINCÍPIO DA DEMANDA EFETIVA DE KEYNES**

De acordo com Malthus (1983), a Teoria Clássica baseia-se no princípio da Lei de Say, a qual afirmava que a oferta cria sua própria demanda. A análise dessa Lei revela que no agregado não existiria impedimento para a realização das vendas correspondentes a qualquer nível de produção global. Os clássicos consideravam a demanda ilimitada em relação a todos os tipos de mercadorias em seu conjunto, com isso, eles garantiam a inexistência de um excesso de produção.

A Lei de Say não era unanimidade entre os clássicos. O Clássico Thomas Malthus, se opôs frontalmente à concepção de que a oferta cria sua própria demanda. Malthus apresentou propostas e argumentos para os problemas econômicos, contrariando aspectos fundamentais da teoria econômica clássica, ou seja, ele se afastou das proposições básicas do *laissez-faire*, aproximando-se muito do princípio da demanda efetiva.



Já vimos que os poderes de produção, qualquer que seja sua grandeza, não são suficientes para assegurar a criação de um proporcional grau de riqueza. [...] a demanda efetiva e irreprimida por tudo que for produzido. E o que parece mais contribuir para o alcance desse objetivo é uma distribuição da produção e uma captação dessa produção aos desejos das pessoas que devem consumi-la [...] (MALTHUS, 1983, p. 361).

Keynes, discípulo marshalliano, mas conhecedor da concepção de Malthus, contraria o pensamento clássico e elabora sua teoria com a preocupação em explicar as crises econômicas percebidas por ele antes mesmo da grande depressão. Ele preocupa-se com os agregados e trata da renda nacional total que é afetada pelos gastos e poupanças totais. Observa o comportamento da economia global e reconhece que o dano de uma das partes é prejudicial ao todo. A idéia de fluxo é importante pelo fato de que a renda total da sociedade deve ser mantida sob controle para garantir os níveis desejados de investimentos e emprego. Ou seja, concebe o princípio da demanda efetiva.

A demanda efetiva é simplesmente a renda agregada (ou produto) que os empresários esperam receber, incluídas as rendas que fazem passar às mãos dos outros fatores de produção, por meio do volume de emprego corrente que resolvem conceder (KEYNES, 1982, p.59).

Para Keynes (1982), o emprego depende da procura efetiva que é determinada pelo consumo e pelo investimento, pois a função da demanda agregada refere-se à renda esperada pelo empresário por oferecer um determinado volume de emprego.

Apesar de trabalhar três setores, Keynes inicia sua análise, no capítulo 3 da Teoria geral do emprego, do juro e da moeda, considerando apenas o consumo e o investimento. Assim, de acordo com Keynes (1982), o produto será formado com a soma do que será gasto em consumo e o que será destinado ao investimento. Portanto, investimento e consumo são os principais componentes da demanda agregada. E essa pode ser maior ou menor que a oferta agregada do produto que poderia ser produzido se houvesse pleno emprego.

O consumo depende da renda e segundo Keynes (1982), o consumo agregado é considerado uma função estável da renda, ou seja, à medida que a renda cresce, o consumo aumenta, mas a poupança aumenta também. Deste modo, o consumo não cresce na mesma magnitude da renda. Isso porque o indivíduo poupa a diferença da renda efetiva e os gastos necessários. Quanto maior for o nível de renda, maior tenderá a ser a diferença entre a renda e o consumo, ou seja, a poupança.

Keynes define a Propensão Marginal a Consumir, também apresentada como Lei Psicológica Fundamental, como variável importante da sua análise e mostra como o aumento



do consumo de acordo com aumento no nível de renda, é influenciado por fatores objetivos como: variação na unidade de salário e variação na renda líquida (renda menos imposto e menos poupança) e também por fatores subjetivos como: precaução e avareza. Porém, para Keynes a propensão a consumir é relativamente estável em curto prazo, e, portanto, as flutuações do emprego dependem principalmente do volume de investimento.

Segundo Keynes (1982), a importância dos gastos em investimento é maior porque cria as condições para que ocorra a reprodução ampliada, aumentando os lucros pelo aumento da acumulação de capital. A poupança é igual ao investimento e para Keynes o investimento depende da taxa de juros e da Eficiência Marginal do Capital (EMC). Investir significa produzir mais do que se consome de ordinário, e toma a forma de um acréscimo à riqueza acumulada da sociedade e a sua forma mais importante é a de gastos realizados pelos homens de negócios em fábricas, maquinaria e outras formas de bens de produção.

Keynes vai ainda salientar que a EMC, refere-se à margem de rendimentos sobre o custo, ou rentabilidade de um bem de capital que é definida em termos de renda esperada e do preço corrente de oferta do bem de capital. Assim, a decisão de investir é tomada a partir do confronto entre preço de demanda do bem de capital e preço de oferta do bem de capital.

Para Keynes (1982), o problema é que a EMC é muito instável, tendo em vista que é calculada a partir das expectativas do empresário que possui conhecimento limitado sobre o futuro, reinando a incerteza sobre condições vigentes em longo prazo. Com isso, o investimento tende a sofrer fortes oscilações causando impacto no nível de demanda agregada e atividade econômica.

O investimento para Keynes sofrerá forte influência da taxa de juros, e esta por sua vez, dependerá da preferência a liquidez e da quantidade de dinheiro. Haverá um maior investimento quando a EMC for maior do que a corrente taxa de juros.

Keynes (1982) assinala que, a liquidez refere-se ao desejo das pessoas em conservar alguns de seus bens de capital em forma de dinheiro e a quantidade de moeda, dizem respeito à quantia de fundos em forma de moedas, papel moedas e depósito bancário que há em mãos do público. Os juros são na verdade, um prêmio pago por abrir-se mão da liquidez. A taxa de juros no curto prazo é determinada pela preferência à liquidez e pela quantidade de moeda em circulação.

Sendo assim, a renúncia pela liquidez constitui um preço denominado juros, que concilia o desejo de manter a riqueza sob a forma líquida (dinheiro) com a quantidade de moeda disponível (oferta de moeda).



Para Keynes (1982) existem três motivos de demandar moeda e a preferência pela liquidez ocorre, basicamente, por estes três motivos:

- Transação – gastos rotineiros para gerar a renda corrente, exigem um volume maior de moeda retida;
- Precaução – quando as pessoas pensam que a taxa de juros provavelmente mudará, então se reserva uma parcela da renda para eventuais imprevistos;
- Especulação – a moeda é considerada também como reserva de valor e não apenas meio de troca. Dessa forma, os agentes econômicos guardam moeda ociosa, na expectativa de mudanças na taxa de juros de mercado e, assim, aplicá-la melhor no futuro.

De acordo com Keynes (1982), as economias capitalistas não tinham capacidade de promover automaticamente o pleno emprego e por isso, ele propõe uma maior intervenção do Estado com o intuito de diminuir a importância e frequência das crises. Para ele, o governo deveria atuar diretamente na economia, utilizando-se de políticas econômicas com o objetivo de solucionar as crises. Ou seja, Há a necessidade de dotar o Estado de instrumentos efetivos de política econômica que lhe permitam regular a taxa de juros, aumentar o consumo e expandir a inversão, visando o pleno emprego.

A política fiscal, ou seja, o gasto público, conforme Keynes (1982) tem um papel importante como suplemento ao dispêndio privado. Ele propõe maior dirigismo e racionalidade: propõe planejamento estatal.

Ainda segundo Keynes (1982), a tributação e os gastos públicos afetam a demanda agregada na economia, e o elemento fundamental da política fiscal é o gasto público, especialmente em investimentos. A política fiscal é um instrumento do governo que induz o aumento ou redução no nível da atividade econômica.

Segundo Keynes (1982), a taxa de juros é um fenômeno monetário, e é determinada pela oferta e demanda de moeda. Dessa forma, a política monetária teria um papel crucial de manter deprimida a taxa de juros para estimular os investimentos privados, e com eles a renda e o emprego.

De acordo com Dillard (1983), a política monetária diz respeito à manipulação da quantidade de moeda da economia de três maneiras fundamentais, quais sejam: a) a política de redesconto; b) a política de reserva compulsória; e, c) a emissão de moeda propriamente dita. Essas três formas são de expressivo significado para as decisões de política monetária



dentro da economia; pois, isto afeta diretamente a taxa de juros necessária ao nível de investimentos, e, desestimula ou não, aos especuladores que vivem em busca de volumosos ganhos decorrentes da inflação.

Para Keynes (1992), a intervenção do estado é para que tome decisão objetiva, visando o crescimento da economia. Por isso, o governo pode criar inflação para aumentar seus gastos públicos e romper com o ciclo depressivo em que se encontra a economia. Keynes sugere que se estabeleça uma autoridade monetária central forte com rigoroso controle sobre a quantidade de moeda como forma para baixar a taxa de juros a fim de estimular o investimento particular.

A expectativa de uma baixa no valor da moeda estimula o investimento e, em consequência, o emprego em geral, porque eleva a curva de eficiência marginal do capital, isto é, a escala da demanda de investimentos; a expectativa de uma alta no valor da moeda produz, ao contrário, efeito depressivo, porque reduz a escala da eficiência marginal do capital (KEYNES, 1982, p. 119).

Segundo Dillard (1983, p. 299), “Keynes afirmava sua fé na capacidade da autoridade monetária central para impelir à baixa e manter a taxa de juros a longo prazo, [...] contra a depressão econômica”.

Para Lopes et al. (2000), a taxa de câmbio mostra qual é a relação de troca entre duas unidades monetárias diferentes, ou seja, o preço relativo entre diferentes moedas. Existem dois tipos de regimes cambiais: o fixo e o flutuante. No câmbio fixo, o valor da taxa de câmbio é determinado pelo Banco Central (BC) e se compromete a comprar e vender divisas à taxa estipulada. Uma vez fixada a taxa de câmbio, o BC tem como escopo garantir essa taxa, pois não é desejado nem uma situação de déficits persistentes nem superávits no Balanço de Pagamentos a longo prazo.

Lopes et al. (2000) ainda afirmam que no regime de câmbio de taxa flutuante, tem como característica que a taxa de câmbio deve ajustar-se de modo a equilibrar o mercado de divisas. Se houver excesso de demanda por moeda estrangeira, esta terá seu preço elevado, ou seja, a moeda nacional se desvalorizará. Por outro lado, se houver um excesso de oferta de moeda estrangeira, seu preço cairá e a moeda nacional estará valorizada. Com isso, o desequilíbrio será eliminado através do mecanismo de preço (alteração da taxa de câmbio).

[...] o Balanço de pagamentos estará sempre em equilíbrio, pois os déficits (excesso de demanda por divisas) tendem a desaparecer com a desvalorização cambial, e eventuais superávits (excesso de oferta) são afastados com a valorização da moeda nacional (LOPES et al., 2000).



Keynes (1982) advoga um câmbio controlado, que segundo ele, facultaria uma maior estabilidade do nível interno de preços do que se poderia conseguir com o padrão-ouro, combinado com a estabilidade em curto prazo e a flexibilidade em longo prazo das taxas de câmbio externo.

### **3 CENÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO ANTERIOR À CRISE DE 1929**

Silva (1992) salienta que em 1925 o principal produto, o café, já tinha ultrapassado suas possibilidades de exportação em virtude do crescimento contínuo dos cafezais. Entre 1925 a 29 a produção do café aumentou 100%, mas as exportações mantiveram-se estabilizadas e a retenção da oferta mantinha os preços elevados no mercado internacional. As safras cafeeiras de 1925-1926 foram grandes e as de 1927-1928 maiores ainda (uma produção de aproximadamente 26 milhões de sacas), contrariando as tendências de que, após um período de grandes colheitas (como as de 1925-1926), as safras diminuiriam. Houve queda no período 1928-1929 (14 milhões de sacas) e um novo aumento em 1929-1930 (30 milhões de sacas).

Em 1926, acontece a reforma financeira do presidente Washington Luís, buscou estabilização cambial e colocou em circulação uma moeda forte, conversível em ouro – uma moeda cujo valor foi garantido pelas reservas de ouro do governo. Essa nova moeda, garantida pelo lastro-ouro, chamou-se cruzeiro. Empenhou-se também em conseguir a estabilização monetária mediante a formação de reservas em ouro, inicialmente obtido através de empréstimos (SILVA, 1992).

Foi criada, ainda nesse mesmo governo, a Caixa de Estabilização, com a responsabilidade de emitir papel-moeda. Assim, nessa Caixa de Estabilização, seria depositado o ouro já existente, bem como, o que viesse a entrar no país através de exportações e empréstimos. Segundo Silva (1992, p. 238) afirma que “a reserva-ouro deveria perfazer um montante de 30 milhões de libras”.

A gestão do presidente Washington Luís foi marcada por uma política de câmbio elevado, que visava favorecer as exportações, resultando também na proteção da indústria nacional, ao mesmo tempo em que afetava negativamente o comércio de importação pela alta nos preços dos artigos estrangeiros.

Neste período havia a política de câmbio estável favorecia os cafeicultores e industriais. Nos primeiros anos de sua aplicação essa política financeira manteve o equilíbrio



orçamentário e a ordem nas finanças públicas. Os preços do café mantinham-se em alta pela ação do Instituto do Café do Estado de São Paulo (ICESP), criado em 1924, ainda no governo Washington Luís e através de taxas especiais de garantias, o ICESP, ligado ao Banco do Estado de São Paulo, conseguiu empréstimos externos com os quais financiava a lavoura. Controlava ainda os mercados do produto e, para o controle dos preços, restringia a oferta e estocava o excedente (SILVA, 1986).

Em 1927, Criou o Conselho de Defesa Nacional, constituído pelo presidente da República e pelos ministros de Estado e que tinha a tarefa de coordenar a produção de conhecimentos sobre questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral, referentes à defesa da Pátria.

Para Peláez (1987), a valorização proporcionada pelo Instituto Paulista de 1927/28 provocara a criação de uma capacidade excessiva permanente. A política do Conselho Nacional do Café tinha como objetivo restringir o plantio durante um período suficientemente prolongado para permitir que a capacidade eventualmente decaísse aos níveis de consumo mundial.

Em 1928, o produto atingiu safra recorde, cerca de 26 milhões de sacas, provocando a queda nos preços. Por isso, a política de proteção do setor cafeeiro exigia muitos recursos devido à necessidade de compra de grandes quantidades de café produzidas, mas que não eram comercializadas.

Entre 1927 e 1929, o Brasil acumulou trinta milhões de libras esterlinas, das quais vinte milhões foram depositadas na Caixa de estabilização. Depois da retração dos preços do café e do primeiro impacto da Depressão no Brasil, um movimento de *hot money* esgotou as reservas de divisas. Além disso, os influxos de capital cessaram completamente (PELÁEZ, 1987). O agravamento da crise econômica, no final da década de 1920, limitou significativamente a possibilidade do governo federal de contrair empréstimos estrangeiros para prosseguir com a política de proteção do setor cafeeiro.

Vale salientar também que de 1924 até 1929, ocorreu um processo de desaceleração na produção industrial, em virtude da retomada do fluxo de importações graças a uma taxa de câmbio que tornava mais barato o produto estrangeiro. A situação da economia, na década que antecede a década de 1930, pode ser caracterizada pela recorrência dos descontroles das despesas governamentais, dos desequilíbrios orçamentários e da balança comercial. Ainda, pela incapacidade para atender à demanda por crédito no plano interno, e, fundamentalmente, da dependência do fluxo de recursos advindos do exterior, fosse das divisas oriundas das exportações, fosse dos financiamentos e investimentos dos capitais ingleses (SILVA, 1986).



A dívida externa do país em 1928 era a mais elevada da América Latina, representando cerca de 44% do total. Os preços do café, principal mercadoria de troca nos mercados internacionais, começavam a se deteriorar. Em consequência, a renda gerada pela economia cafeeira começa a cair e, em função de sua importante participação no sistema econômico nacional, afeta o conjunto da sociedade e dos negócios de forma negativa, restringindo a demanda de modo geral. A política de sustentação dos preços do café tornou escassas as reservas nacionais (FAUSTO, 2001).

## **4 POLÍTICAS FISCAIS, MONETÁRIAS E CAMBIAIS DO GOVERNO BRASILEIRO FRENTE À CRISE DE 1929**

### **4.1 Políticas fiscais**

As ações fiscais no Brasil foram definidas por medidas que estimularam a produção interna e sua diversificação. Com a crise mundial deflagrada, a situação econômica do Brasil, tendo como produto de exportação o café, foi profundamente afetada, pois este era fonte das indispensáveis divisas para a importação dos manufaturados que não produzia.

A produção, que se encontrava a altos níveis, teria de seguir crescendo, pois os produtores haviam continuado a expandir as plantações até aquele momento. [...] Por outro lado, era totalmente impossível obter crédito no exterior para financiar a retenção de novos estoques, pois o mercado internacional de capitais se encontrava em profunda e o crédito do governo desaparecera com a evaporação das reservas (FURTADO, 1977, p. 186).

No café se apoiava a maior parte da existência do país e para sustentar-se era preciso estimular o setor cafeeiro. Por isso, lança-se mão de expediente de amparo de valorização. Para Furtado (1977), a livre ação do mercado tenderia a deprimir brutalmente os preços internacionais do café. A economia encontrava-se em desequilíbrio entre a oferta e procura.

Diante dessa situação, o governo brasileiro foi levado a intervir diretamente na economia do país. O governo Vargas procurou um novo modelo econômico, para poder combater os efeitos depressivos ocasionados pela crise, devido a capacidade ociosa e falta de demanda agregada, buscou-se um aumento do gasto público com o objetivo de elevar o produto. Foi adotando uma série de medidas econômicas e realizando inovações institucionais



que assinalaram, de modo bastante claro, uma fase nova nas relações entre o Estado e o sistema político-econômico.

O seu primeiro movimento foi o de tentar defender a economia cafeeira, que era o carro-chefe da economia brasileira e que sustentava as exportações. O desequilíbrio teve de ser corrigido à custa de pesados sacrifícios, em particular a destruição de volumes imensos do produto. O objetivo era retirar do mercado o excedente da produção por meio de sua compra pelo governo. Colher o produto e depois destruir, a princípio, essa ação parecia um disparate, no entanto, objetivou reduzir a pressão dos estoques sobre o mercado e como não havia possibilidade de obter empréstimos externos, o financiamento dessa compra tinha de ser feito com recursos internos.

À medida que o crédito foi utilizado para compra do excedente de café, segundo Furtado, o Governo teria praticado uma política tipicamente keynesiana antes de o próprio Keynes formulá-la em sua Teoria Geral.

Getúlio manda comprar as sacas de cafés, manda pagar aos produtores rurais, emite meios de pagamento para sustentar a dinâmica da economia e manda queimar os estoques de café que vinham sendo acumulados ao longo de toda a década dos anos 20. Pois comprando o excedente do produto evitava a redução da renda do setor cafeeiro, e como consequência, a dos setores voltados ao mercado interno, porque estes destinavam grandes partes de sua produção ao setor exportador. Portanto, tratava-se de uma política de manutenção do nível de renda e de emprego que impedia a generalização do desemprego no setor.

[...] A diferença está em que nos EUA a baixa de preços acarretava enorme desemprego, ao contrário do que estava ocorrendo no Brasil, onde se mantinha o nível de emprego se bem que se tivesse de destruir o fruto da produção. [...].Estávamos na verdade, construindo as famosas pirâmides que anos depois se preconizaria Keynes ( FURTADO, 1977, p. 192).

A demanda agregada foi sustentada por políticas expansionistas de gastos, principalmente com a aquisição do produto para depois destruir. Com essa atitude, além de defender a economia cafeeira, na realidade, ele criou uma nova dinâmica econômica, e o país, em um momento de dificuldade de seu balanço de pagamento das suas contas externas, passou a substituir importações. O Brasil, que já em 1934 era um País que apresentava características com predominância industrial, deixou de ser uma economia primária exportadora e começou a viver uma etapa de industrialização, especialmente no setor de bens de consumo popular, de bens de consumo não duráveis.



A redução da capacidade de importar impedia, no entanto, que as importações se efetivassem, e como consequência, essa demanda era desviada para o mercado interno que foi abastecido pela indústria nascente. Não que a agricultura tenha deixado de ser quantitativamente a mais importante atividade econômica. Ela não continua a ser mais o motor da economia, que passa a ser fundamentalmente a indústria, em substituição à produção agrícola para exportação.

A produção para atender a demanda internamente, conduzia a um aumento no mercado interno pelo crescimento da renda derivada do investimento industrial. Com isso, a crise da cafeicultura estimulou a exploração de novos produtos. Dessa maneira, é constituída a passagem do modelo primário exportador para um modelo de desenvolvimento voltado para economia interna.

A crise prolongada dos anos 30 constituiu, para a América Latina, o “ponto crítico da ruptura do funcionamento do modelo primário-exportador”, com a passagem para um modelo de desenvolvimento voltado para dentro (TAVARES, 1972, p. 32).

Gremaud et al. (1997) analisaram que a demanda do mercado interno assumiu um papel decisivo na determinação do nível de produto, de renda e de emprego e o investimento passou a ser a variável chave para definir a taxa de crescimento da economia

Foi criado o Conselho Nacional do Café (1931), com o objetivo de prática da sustentação da produção através da compra e a destruição parcial das safras. Neste ano, milhões de sacas da produção são destruídos. O equivalente a 30% das receitas de exportação foram comprados pelo Conselho, sendo 65% da operação custeados por novos impostos e os 35% restantes pelo Banco do Brasil (REZENDE, 1999).

Tabela 1. Sacas de Café destruídas pelo Conselho Nacional de Café no Brasil, de 1931 a 1933

<b>ANO</b>	<b>Produção (em milhões)</b>
1931	2,8
1932	9,3
1933	2,3

Fonte: Filho, 1999, p. 26.

Em 1934 o pior da crise havia passado. A ação do Conselho permitiu a manutenção de um superávit comercial. Segundo Rezende (1999, p.26), “houve um superávit com uma média de 20% entre 1931-1934”. Também os preços domésticos, com relação ao índice de 1929, praticamente se estabilizaram.



## 4.2 Políticas monetária e cambial

Para Furtado (1977), a queda nos preços internacionais do café, se agravaria pelo funcionamento do mecanismo cambial. A redução da receita de divisas provocaria a desvalorização da moeda nacional. Essa desvalorização compensaria em parte, as perdas ocorridas no mercado internacional, mas não resolvia o problema. A resposta do governo foi decretar uma moratória externa, emitir papel-moeda, ampliar e controlar o sistema de crédito, desvalorizar a moeda e substituir o mil-réis pelo cruzeiro.

O governo obteve 20 milhões de libras esterlinas dos banqueiros Schroeder & Co – esse empréstimo ficou conhecido como Realização do Café – para formar estoques com o excedente da safra de 1929/30. A ação de retirar o produto do mercado foi com recursos do Tesouro e ainda, foi criado um acordo que estabelecia um imposto de 10 *shillings* por saca de café exportada, cuja receita seria usada para comprar mais excedentes. E o Conselho Nacional do Café se aliou ao Banco do Brasil, que por meio de sua Carteira de Emissão e Redescoto, descontava os títulos do Conselho. Por outro lado, a receita do imposto sobre o café exportado passou a ser depositado no Banco do Brasil (GREMAUD et al, 1997)

Furtado (1977) afirma que visando financiar a defesa do produto, um bilhão de cruzeiros foi injetado na economia e com isso criava-se um poder de compra que em parte iria contrabalançar a redução dos gastos dos inversionistas. Além disso, no intuito de ajudar os produtores, o governo tomou medidas destinadas a ajudar financeiramente os produtores de café, inclusive uma redução de 50% nas dívidas bancárias.

Segundo Gremaud et al (1997), 35% das compras do Conselho Nacional do Café entre maio de 1931 e fevereiro de 1933 foram financiadas por crédito. Estendendo a análise até dezembro de 1934, a parcela financiada por crédito atingia 52%. Portanto, parece plausível o argumento de Furtado, que viu na emissão para compra e destruição de estoques, elemento fundamental para a manutenção do nível de renda no setor cafeeiro e, por extensão, na economia brasileira.

Dessa forma, a renda nacional volta a crescer, demonstrando que a recuperação da economia brasileira, se deve a ações adotadas pelo governo para defender o setor cafeeiro.

A conjugação dessas circunstâncias permitiu a recuperação da economia brasileira em ritmo mais rápido do que a norte-americana, por exemplo. Já em 1933, o nível de produto no Brasil retomava ao de 1929, quando nos Estados Unidos a recuperação só se manifestou em 1937 (GREMAUD et al, 1997, p. 107).

O Banco do Brasil continuou prestando assistência financeira ao programa de ajuda ao setor cafeeiro após a criação do DNC, conforme mostram os dados abaixo. Além disso, o banco abria créditos rotativos ao DNC, que os pagava por meio do imposto de exportação. O aumento na dívida observado em 1934 foi devido à enorme safra de 1933-34.

Tabela 2. Dívida do Departamento Nacional do Café no Banco do Brasil em 31 de Dezembro, 1933-36

<b>ANO</b>	<b>Milhares de Contos</b>
1933	551,8
1934	737,3
1935	599,8
1936	634,7

Fonte: Paleaz, 1987, p. 148.

Por outro lado, com aumento do produto, e com as reformas administrativas, foram realizadas diversas modificações na estrutura e organização do governo, ampliando alguns órgãos e criando outros. Foram medidas adotadas pelo governo para melhorar o controle da oferta de moeda no Brasil. Como por exemplo, a Carteira de Redescoto (CARED), que trabalhava títulos comerciais privados e financiamento de estoque de café. Ainda, A CAMOB (Caixa de Mobilização Bancária), o qual a tornou um importante regulador da oferta monetária, junto com a CARED. E Também, a CREIA (Carteira de Crédito Agrícola e Industrial) e vários outros departamentos.

A crise incidiu diretamente sobre o Balanço de Pagamento, encarecendo as importações e diminuindo a demanda de exportações, deteriorando o preço dos bens exportáveis no mercado internacional e dificultando o acesso a capitais e empréstimos para financiar os déficits. Levando assim, o governo a recorrer a uma desvalorização da moeda nacional (mil-réis), o que contribuiu para encarecer as importações, criando um mercado interno, ou seja, com preços relativos favoráveis à produção doméstica.

Ora, conforme já observamos, ao manter-se a renda monetária em nível relativamente elevado enquanto baixava bruscamente a capacidade para importar, foi necessário que subissem fortemente os preços relativos dos artigos importados para que se restabelesse o equilíbrio entre a procura e oferta de cambiais para pagar importações. Estabeleceu-se, assim, um novo nível de preços relativos para os artigos de produção interna e os artigos importados (FURTADO, 1977, p. 202).



O estrangulamento externo, que é caracterizado por queda do valor das exportações com manutenção da demanda interna, mantendo a demanda por importações, gera assim, escassez de divisas, também, desvaloriza-se a taxa de câmbio, aumentando a competitividade e a rentabilidade da produção doméstica, dado o encarecimento dos produtos importados, e gera uma onda de investimentos nos setores substituidores de importação, produzindo-se internamente parte do que antes era importado aumentando a renda interna.

O governo, para resolver o problema no Balanço de Pagamento, adotou uma política cambial, aparentemente liberal, mas na prática restritiva, decretando moratórias sucessivas em relação às dívidas em moeda estrangeira. Em 1931, a situação tornou-se insustentável, os pagamentos relativos à dívida pública externa foram suspensos, e reintroduziu o monopólio do Banco do Brasil. A venda de cambiais de exportação ao Banco do Brasil era obrigatória atendia a critérios de prioridade que privilegiavam em ordem decrescente: compras oficiais e pagamento do serviço da dívida pública; importações essenciais; outras remessas, incluindo lucros e dividendos, importações em consignação e atrasados comerciais (ABREU, 1990).

De acordo com Draibe (1985), em 1932 passaram a ser aceitos títulos cambiais emitidos pelo Conselho Nacional do Café (CNC), fundados em receitas oriundas da tributação incidente sobre exportações. As operações eram remuneradas a uma taxa de juros de no mínimo 6% a.a., valor reduzido para 2% a.a. em 1933. Em 1934 foram reservados 25% dos recursos da Carteira para o aceite de títulos cujos emitentes exercessem atividades agrícola ou agroindustrial, os quais estavam sujeitos a juros entre 3% e 6%. Esta medida pretendia incentivar os bancos a expandirem o crédito para além das transações comerciais (curto prazo), alcançando as fronteiras da produção agrícola e agroindustrial (longo prazo).

A partir de dezembro de 1935 a Carteira passou a dispor de maiores condições em termos de sustentação financeira ao passar a operar com recursos da ordem de 900 mil contos de réis, dos quais dois terços foram reservados a operações com títulos emitidos pelo Departamento Nacional do Café. Algumas operações passaram a observar prazos de resgate da ordem de 180 dias.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo buscou demonstrar que as medidas adotadas pelo governo brasileiro para enfrentar a crise de 1929, caracterizou-se como políticas keynesianas apesar da obra de Keynes “Teoria geral do emprego, do juro e da moeda” ter sido publicada somente em 1936.



Inicialmente evidenciou o panorama da economia brasileira antes da crise (1929) e depois se demonstrou as políticas adotadas durante a recessão.

O governo atuou de forma direta, intervindo na economia através de gastos públicos, adotando política expansionista de gastos, a ação de comprar, estocar e destruir parte da produção cafeeira mantendo um equilíbrio entre oferta e demanda e o controle dos preços. Atuou também através de uma política monetária expansiva que contribuía para baixar as taxas de juros, favorecendo os setores voltados ao mercado interno e incentivando o investimento, as modificações nas estruturas e organizações para melhorar o controle da oferta de moeda no Brasil.

A ação cambial, que na prática foi uma medida restritiva, decretando moratórias sucessivas em relação às dívidas em moeda estrangeira, manteve em alta a demanda interna, desvalorizando a taxa de câmbio o que contribuiu para encarecer as importações, favorecendo a produção doméstica, aumentando a competitividade e a rentabilidade.

## **REFERÊNCIAS**

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989.** 22 Reimpressão. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

DILLARD, Dudley. **A teoria econômica de John Maynard Keynes- teoria de uma economia monetária.** 7 ed. São Paulo: Pioneira 1983.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 15 ed. São Paulo: Nacional, 1977.

GREMAUD, Amaury Patrick et al. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Atlas, 1997.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** São Paulo: Atlas, 1982.

LOPES, Luiz Martins et al. **Manual de Macroeconomia.** 2 ed. São Paulo: Atlas S.A, 2000.

MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática : ensaio sobre a população.** São Paulo: Abril, 1983.

PELÁEZ, Carlos. **Economia Brasileira Contemporânea: Origens e Conjuntura Atual.** São Paulo: Atlas, 1987.

SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil.** São Paulo: Moderna, 1992.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da Indústria no Brasil.** 7 ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1986.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro.** 8 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.